

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Tangará Energia S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Tangará Energia S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.... 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
Tangará Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tangará Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 1.2, em decorrência da alienação de ativos ocorrida no exercício de 2024, os valores correspondentes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do ano anterior, apresentados para fins comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados para refletir adequadamente os efeitos das operações descontinuadas, conforme exigido pela NBC TG 31 (R4) Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Receita de venda de energia fornecida e não faturada

As receitas das controladas da Companhia são oriundas principalmente da geração e fornecimento de energia elétrica, sendo reconhecidas conforme regime de competência, independentemente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura da energia gerada e disponibilizada pelas usinas, que se sucedem, em alguns casos, ao período de encerramento contábil.

As controladas da Companhia utilizam como procedimento estimar o montante de venda de energia gerada e disponibilizada, mas ainda não faturada, para o reconhecimento da correspondente receita no seu correto período de competência. No período subsequente, essa estimativa é estornada e então registrada a efetiva receita de venda de energia. Conforme nota explicativa nº 5, o saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$14.732 mil nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2024.

O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de geração e fornecimento de energia, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma acurada e contabilizada na competência correta.



**Shape the future
with confidence**

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria em relação ao reconhecimento de receita de venda de energia fornecida e não faturada incluíram, entre outros: (i) compreensão e documentação do processo de estimativa e determinação dos montantes de receita de venda de energia fornecida e não faturada por parte da Diretoria; (ii) reconciliação do saldo de receita de venda fornecida e não faturada com os registros contábeis; (iii) comparação do valor estimado da receita de venda de energia fornecida e não faturada com o consumo médio real obtido através de relatórios disponibilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) no período subsequente e referente ao período anterior; e (iv) revisão das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento de receita de venda de energia fornecida e não faturada adotadas pelas controladas da Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**Shape the future
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de maio de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Fulvio A. Matias de Carvalho', is written over the printed name.

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

Tangará Energia S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	134.429	8.383	170.289	75.913
Contas a receber	5	29.768	24.037	29.976	60.450
Depósitos restituíveis (caixa restrito)	6	-	937	-	19.010
Dividendos a receber	23	3.174	47.932	-	-
Impostos a recuperar	7	14.867	8.402	16.724	17.317
Estoque		1.210	-	1.210	-
Despesas antecipadas		388	412	388	2.251
Mútuos a receber	8 e 23	-	76.610	-	76.610
Outros		5.865	5.748	5.866	10.442
		189.701	172.461	224.453	261.993
Não circulante					
Contas a receber	5	-	-	-	629
Mútuos a receber	8 e 23	1.500	1.500	1.500	-
Depósitos restituíveis (caixa restrito)	8	-	-	1.884	16.782
Uso do Bem Público (UBP) - Direito de outorga	9	103	168	103	168
Depósitos judiciais		237	30	237	748
Investimento	10	10.140	1.223.506	-	-
Imobilizado	11	156.278	190.375	156.278	1.579.366
Ativo de direito de uso	12	471	92	471	5.499
		168.729	1.415.671	160.473	1.603.192
Total do ativo		358.430	1.588.132	384.926	1.865.185

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tangará Energia S.A.

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar	13	9.884	38.650	35.054	80.971
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	32.712	81.362	32.712	112.860
Impostos e contribuições a recolher	15	974	1.191	2.300	8.647
Uso do Bem Público (UBP) - Direito de outorga	9	13	225	13	225
Obrigações trabalhistas		269	961	269	961
Dividendos a pagar	23	177	45.428	177	45.479
Arrendamento	12	208	105	208	572
Outras contas a pagar		17	60	17	-
		44.254	167.982	70.750	249.715
Não circulante					
Contas a pagar	13	-	-	-	18.516
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	222.267	381.489	222.267	542.161
Impostos diferidos	22	7.680	8.494	7.680	8.494
Provisão para demandas judiciais	16	90	207	90	4.776
Arrendamento	12	305	11	305	5.536
Outras contas a pagar	17	-	-	-	6.014
		230.342	390.201	230.342	585.497
Patrimônio líquido					
	18				
Capital social		151.476	951.241	151.476	951.241
Reservas de lucros		-	47.879	-	47.879
Ajustes de avaliação patrimonial		(597)	4.287	(597)	4.287
Reserva de incentivos fiscais		8.853	8.784	8.853	8.784
Reservas de capital		17.758	17.758	17.758	17.758
Prejuízos acumulados		(93.656)	-	(93.656)	-
		83.834	1.029.949	83.834	1.029.949
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	23
Total do patrimônio líquido		83.834	1.029.949	83.834	1.029.972
Total do passivo e do patrimônio líquido		358.430	1.588.132	384.926	1.865.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tangará Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
		<i>(reapresentado)</i>		<i>(reapresentado)</i>	
Operações continuadas					
Receita operacional líquida	19	201.848	205.107	204.722	227.406
Custo de geração de energia	20	(121.349)	(122.635)	(124.046)	(143.836)
Lucro bruto		80.499	82.472	80.676	83.570
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	20	(1.516)	(1.775)	(1.524)	(1.786)
Resultado com equivalência patrimonial	10	2.644	3.541	-	-
Outras despesas operacionais		(3.131)	(59)	(3.134)	(60)
		(2.003)	1.707	(4.658)	(1.846)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		78.496	84.179	76.018	81.724
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	21	5.860	4.870	9.850	9.119
Despesas financeiras	21	(54.601)	(77.857)	(54.787)	(78.050)
		(48.741)	(72.987)	(44.937)	(68.931)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		29.755	11.192	31.081	12.793
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	22	-	-	(1.326)	(1.601)
Diferido	22	815	688	815	688
		815	688	(511)	(913)
Lucro líquido das operações continuadas		30.570	11.880	30.570	11.880
Operações descontinuadas					
Lucro (prejuízo) após os tributos de operações descontinuadas	1.2	(135.756)	73.470	(135.756)	73.476
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(105.186)	85.350	(105.186)	85.356
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível a:					
Acionistas controladores		(105.186)	85.350	(105.186)	85.350
Acionistas não controladores		-	-	-	6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tangará Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(105.186)	85.350	(105.186)	85.536
Total dos resultados abrangentes do exercício	(105.186)	85.350	(105.186)	85.536
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	(105.186)	85.350	(105.186)	85.530
Acionistas não controladores	-	-	-	6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tangará Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Notas	Reservas de lucros					Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais					
Em 31 de dezembro de 2022	1.006.241	17.758	2.332	37.904	8.784	8.241	-	1.081.260	22	1.081.282
Redução de capital ocorrido no exercício	18.a	(55.000)	-	-	-	-	-	(55.000)	-	(55.000)
Impostos sobre a reavaliação positivo	18.b	-	-	-	-	187	(187)	-	-	-
Realização da avaliação patrimonial líquida de impostos diferidos no exercício	18.b	-	-	-	-	(4.141)	4.141	-	-	-
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	18.f	-	-	-	(37.904)	-	-	(37.904)	-	(37.904)
Declaração de dividendos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	(5)	(5)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	85.350	85.350	6	85.356
Destinação do resultado:										
Constituição de reserva legal	18.b	-	-	4.258	-	-	(4.258)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	18.b	-	-	-	-	-	(43.757)	(43.757)	-	(43.757)
Constituição de reserva de lucros	18.b	-	-	-	41.289	-	(41.289)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	951.241	17.758	6.590	41.289	8.784	4.287	-	1.029.949	23	1.029.972
Redução de capital ocorrido no exercício	18.a	(872.683)	-	-	-	-	-	(872.683)	-	(872.683)
Aumento de capital ocorrido no exercício	18.a	72.918	-	-	-	-	-	72.918	-	72.918
Impostos sobre a reavaliação positivo		-	-	-	-	68	-	68	-	68
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(4.884)	4.884	-	-	-
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	18.f	-	-	-	(41.232)	-	-	(41.232)	-	(41.232)
Operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-	-	(23)	(23)
Absorção dos prejuízos	18.b	-	-	(6.590)	(57)	-	6.647	-	-	-
Prejuízos do exercício		-	-	-	-	-	(105.186)	(105.186)	-	(105.186)
Em 31 de dezembro de 2024	151.476	17.758	-	-	8.852	(597)	(93.655)	83.834	-	83.834

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tangará Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023 <i>(reapresentado Nota 1.3)</i>	2024	2023 <i>(reapresentado Nota 1.3)</i>
Atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas		29.755	11.192	31.081	12.793
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social das operações descontinuadas		(135.756)	73.470	(135.756)	73.476
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido ao caixa gerado nas atividades operacionais					
Depreciação e amortização da Mais-Valia alocada no imobilizado	11	34.454	36.666	34.454	121.225
Amortização da Mais-Valia alocada na aquisição de controladas	10	-	17.808	-	-
Amortização do ativo de direito de uso	12	192	123	192	847
Juros sobre arrendamento	12	31	83	31	969
Encargos financeiros, líquidos	6 e 13	50.701	74.730	50.701	93.029
Baixa de ativo imobilizado	11	-	-	-	8.792
Resultado de equivalência patrimonial	10	(2.644)	(94.819)	-	-
Impairment nas controladas	11	-	-	-	3.942
Perda com operações descontinuadas	26	135.414	-	135.414	-
Juros sobre - UBP	9	315	765	315	765
Amortização de UBP	9	65	65	65	65
Amortização de provisão para desmobilização	17	-	-	-	519
Provisão para demandas judiciais	16	(117)	115	(117)	491
(Aumento) redução nos ativos operacionais					
Contas a receber		6.757	(732)	31.103	(6.846)
Impostos a recuperar		(6.465)	1.012	593	(142)
Depósitos judiciais		(207)	(17)	511	(79)
Despesas antecipadas		24	140	1.863	353
Estoque		(1.210)	-	(1.210)	-
Outros		(117)	(3.086)	4.576	(3.473)
Depósitos restituíveis e valores vinculados		937	(102)	33.908	19.925
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Contas a pagar		(28.766)	(9.942)	(64.433)	(14.845)
Salários e encargos sociais		(692)	(134)	(692)	(136)
Impostos e contribuições a recolher		(2.761)	2.075	(8.125)	9.116
Outras contas a pagar		(43)	(844)	16	(5.453)
(-) Uso do bem público - UBP – pagamento	9	(527)	(540)	(527)	(540)
(-) Impostos de renda e contribuição social pagos		(1.221)	(991)	(2.353)	(7.840)
(-) Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	14	(52.116)	(77.420)	(52.116)	(93.516)
(+) Dividendos recebidos		20.087	64.481	-	-
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais		51.612	93.410	59.494	212.749
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais descontinuadas		-	-	3.007	95.842
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais continuadas		51.612	93.410	56.487	116.907
Atividades de investimento					
Recebimento de empréstimo concedido à parte relacionada – principal	7	77.974	19.650	77.974	18.150
Redução (aumento) de capital em empresas investidas	10	-	43.612	-	-
Caixa recebido de operações de descontinuadas	26	218.408	-	178.856	-
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	11	(356)	(602)	(356)	(17.195)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento		296.026	62.660	256.474	955
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento descontinuadas		-	-	(39.368)	(16.692)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento continuadas		296.026	62.660	295.482	17.647

Tangará Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Atividades de financiamento					
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures – principal	14	(207.821)	(80.015)	(207.821)	(97.721)
Pagamento de arrendamento	12	(205)	(224)	(205)	(1.828)
Pagamento de dividendos		(86.484)	(47.312)	(86.484)	(47.312)
Aumento de capital social	18	72.918	-	72.918	-
Redução de capital social	18	-	(27.075)	-	(27.075)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento		(221.592)	(154.626)	(221.592)	(173.936)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento descontinuadas		-	-	-	(19.310)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento continuadas		(221.592)	(154.626)	(221.592)	(154.626)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de Caixa		126.046	1.444	94.376	39.768
Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro		8.383	6.939	75.913	36.145
Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro das operações continuadas		134.429	8.383	170.289	39.552
Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro das operações descontinuadas		-	-	-	36.361
Varição de caixa e equivalentes de caixa		126.046	1.444	94.376	39.768

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Tangará Energia S.A. (“Tangará” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem por objeto social a geração e a comercialização, inclusive na modalidade varejista, de energia de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, elaborar estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, operação, a manutenção de usinas de geração e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética, com prévia deliberação dos acionistas.

A Companhia mantém e explora a Usina Hidrelétrica Guaporé (“UHE Guaporé”), com potência instalada de 120 MW, localizada no Município Pontes e Lacerda, no Estado do Mato Grosso, nos termos do Contrato de Concessão de Geração nº 15/2000-ANEEL, e está autorizada a operar como concessionária do uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente de energia e autoprodutor de energia.

O início das operações comerciais da UHE Guaporé ocorreu no dia 08 de abril de 2003, com a entrada em operação comercial da primeira unidade geradora. Em junho de 2003, a usina atingiu a condição de operação plena, com a operação comercial das três unidades geradoras, cada uma com potência instalada de 40 MW, resultando em uma potência instalada de 120 MW.

Em 01 de outubro de 2021, a Companhia incorporou sua então controlada São João Energética S.A, que foi extinta, tornando-se, portanto, sucessora da incorporada em todos os direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito. Em razão da referida incorporação, a Companhia passou a ser controladora direta de Geração Centrais Eólicas RN Holding, Apollo Comercializadora Ltda., SPE Cristina Energia S.A., PCH Ze Tunin S.A., Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A. e Geração Bioeletricidade Holding S.A.

A Companhia detém outorgas de concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos em 30 anos, contados a partir de 07 de julho de 1995.

Em 14 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.932/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a UHE Guaporé teve o prazo de sua outorga alterado para 17 de julho de 2026. A referida extensão foi firmada junto à ANEEL em 07 de outubro de 2022, com a assinatura do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 015/2000.

Em 30 de novembro de 2022 foi publicada a Portaria nº 709/2022 que revisou e definiu novos montantes de garantia física de energia das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente no SIN, que alterou a GF de Guaporé para 54,40 MWmed.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

De acordo com o disposto no art. 4º da Lei nº 9.074/1995, a UHE Guaporé possui ainda o direito a solicitar prorrogação de sua concessão por período de 20 anos, uma vez que sua outorga era vigente em 11 de dezembro de 2003. A renovação depende de aprovação do Poder Concedente, logo não há garantia se será concedida, nem em quais condições.

Ao fim do prazo da concessão, os bens e as instalações necessários para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebido, serão considerados os valores dos investimentos realizados, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do Poder Concedente. Em 14 de abril de 2023 a Companhia protocolou junto a ANEEL o pedido de prorrogação da concessão da PCH Guaporé, objeto do contrato de concessão Nº 015/2000.

A Lei nº 8.987/95, conhecida como Lei de Concessões, estabelece, entre outras disposições, as condições que a concessionária deve cumprir ao fornecer serviços de energia, os direitos dos consumidores e as obrigações da concessionária e do poder concedente. Ademais, a concessionária deverá cumprir o regulamento vigente do setor elétrico.

A Companhia possui contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

Setores	Datas do contrato	
	Início	Vencimento
Distribuidora de energia	01/01/2003	17/07/2026

Controlada direta (Comercializadora)

Em 02 de outubro de 2019, foi realizado a 1º Alteração do Contrato Social pelo qual a São Carlos Energética Ltda. teve sua denominação social alterada para Apollo Comercializadora Ltda., bem como seu objeto social modificado para contemplar a comercialização de energia elétrica no mercado varejista.

Posteriormente, em 03 de outubro de 2019, foi realizada a 2º Alteração do Contrato Social, pelo qual, houve a saída das sócias Elera Renováveis S.A. (nova denominação social da Brookfield Energia Renovável S.A.) e Elera Renováveis Participações S.A. (nova denominação social da Brookfield Energia Renovável Participações S.A.) para ingresso de São João Energética S.A. e Santo Ivo Energética S.A. por meio do contrato de compra e venda de ações celebrado na mesma data.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Posteriormente, em 01 de outubro de 2021, por conta da incorporação de São João Energética S.A., a Apollo Comercializadora passou a ser controlada pela Companhia.

A Companhia possui contratos de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

Indústria	Data do contrato	
	Início	Vencimento
Partes relacionadas	01/06/2020	31/12/2025

1.1. Continuidade operacional

Administração da Companhia entende que o acionista continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo. Nesse contexto, a Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

1.2. Operações descontinuadas

Em 01 de fevereiro de 2024, foi realizado a cisão da Companhia Tangará Energia S.A, com a versão da parcela patrimonial correspondente a bens, direitos e obrigações da Geração Bioeletricidade Holding S.A. para a Energia Sustentável Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, entidade controladora da Tangará Energia S.A.

O valor da parcela cindida foi de R\$473.166^(*), sendo R\$400.177 referente a parcela do investimento e R\$72.989 referente a Mais-Valia alocada, tendo uma redução de capital em Tangará no montante total da cisão.

Em 8 de março de 2024, foi realizado a cisão da Companhia Tangará Energia S.A, com a versão da parcela patrimonial correspondente a bens, direitos e obrigações da Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A para a RNBL I Energética S.A.

O valor da parcela cindida destinada a cisão à RNBL I Energética S.A., em 8 de março de 2024 foi de R\$399.517^(*), sendo R\$177.359 referente a parcela do investimento e R\$222.158 referente a Mais-Valia tendo uma redução no capital de Tangará de R\$399.517.

(*) O total de operações descontinuadas por cisão foi de R\$872.683.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Operações descontinuadas--Continuação

Os administradores compreendem que a presente medida, consistente na alienação de determinados ativos e passivos, insere-se no contexto de um processo mais amplo de reorganização administrativa, financeira e jurídica dos negócios da Companhia. Tal operação visa não apenas à otimização da estrutura societária e operacional da Companhia, mas também à criação de condições mais favoráveis para que os acionistas possam, de forma estratégica e eficiente, realocar os referidos ativos e passivos, maximizando o valor econômico da transação de venda e promovendo maior racionalização dos recursos.

Em 19 de junho de 2024, a Companhia Tangará Energia S.A. firmou contrato vinculante visando à alienação do conjunto de investimentos em suas controladas PCH Zé Tunin S.A., SPE Cristina Energia S.A. e Geração Hidrelétrica Rio Grande S.A. A efetivação da transação, ocorrida em 30 de novembro de 2024, deu-se após o cumprimento de todas as condições precedentes pactuadas contratualmente.

Nos termos do CPC 31, os ativos relacionados foram classificados como mantidos para venda no momento em que os critérios exigidos pela norma foram atendidos, incluindo a alta probabilidade de conclusão da venda dentro de um prazo de 12 meses. Após a conclusão da transação, a Companhia auferiu uma contraprestação total de R\$218.408(**). A alienação resultou no reconhecimento, diretamente no resultado do exercício, de uma perda líquida de R\$135.414(**), refletindo a diferença entre o valor contábil dos ativos descontinuados e o valor líquido da contraprestação recebida, conforme diretrizes estabelecidas.

(**) O total geral das operações descontinuadas no exercício de 2024 é de R\$1.226.505.

a) Ativos e passivos das operações descontinuadas:

	2024
Caixa e equivalentes de caixa (A)	(39.552)
Contas a receber e outros	(74.079)
Estoque	(4.170)
Imobilizado (nota 11)	(1.388.990)
Ativo de direito de uso (nota 12)	(5.407)
Contas a pagar e outros	81.518
Passivo de arrendamento (nota 12)	5.992
Empréstimos e financiamentos (nota 14)	192.170
Provisão para desmobilização (nota 17)	6.014
Ativos e passivos líquidos das operações descontinuadas (D)	(1.226.505)
Operações descontinuadas por cisão (Nota 18)	872.683
Perda com operações descontinuadas (C)	135.414
Caixa recebido por venda de operações de descontinuadas (B)	218.408
Total das operações de descontinuadas (D)	1.226.505

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Operações descontinuadas--Continuação

b) Resultado líquido das operações descontinuadas:

	Consolidado	
	2024	2023
<u>Operações descontinuadas</u>		
Receita operacional líquida	49.471	268.610
Custos e despesas	(46.106)	(169.613)
Lucro bruto	3.365	98.997
Resultado financeiro	(2.536)	(13.893)
Perda com operações descontinuadas (C)	(135.414)	-
Lucro (prejuízo) antes dos tributos das operações descontinuadas	(133.626)	85.104
Impostos	(2.131)	(11.628)
Lucro (prejuízo) após os tributos das operações descontinuadas	(135.756)	73.476
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível a:		
Acionistas controladores	(135.756)	73.470
Acionistas não controladores	-	6

Os fluxos de caixa líquidos das operações descontinuadas incorridos pela alienação de ativos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

c) Fluxo de caixa líquido das operações descontinuadas:

	Consolidado
	2024
Atividades operacionais	3.007
Atividades de investimento	(39.368)
Atividades de financiamento	-
Caixa líquido (consumido) gerado pelas operações descontinuadas	(36.361)
Caixa recebido por venda das operações de descontinuadas (B)	218.408
Caixa e equivalente de caixa das operações continuadas (A)	(39.552)
Caixa líquido das operações descontinuadas	178.856

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Operações descontinuadas--Continuação

	Consolidado				
	2023 Divulgado	Reclassificações	Operações descontinuadas	Operações continuadas	2023 Reapresentado
Atividades operacionais	306.265	(93.516)	95.842	116.907	212.749
Atividades de investimento	955	-	(16.692)	17.647	955
Atividades de financiamento	(267.452)	93.516	(19.310)	(154.626)	(173.936)
Caixa líquido (consumido) gerado pelas operações descontinuadas	39.768	-	59.840	(20.072)	39.768

1.3. Reapresentação de saldos comparativos

A Companhia apresenta abaixo os efeitos da reclassificação da operação descontinuada desde o último período apresentado nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, sendo que tal reclassificação não se refere à reapresentação devido a retificação de erro.

	Controladora		
	2023 Originalmente apresentado	Reclassificações	2023 Reapresentado
Receita operacional líquida	205.107	-	205.107
Custo de geração de energia	(122.236)	(399)	(122.635)
Lucro bruto	82.871	(399)	82.472
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais	(19.982)	18.207	(1.775)
Resultado com equivalência patrimonial	94.819	(91.278)	3.541
Outras despesas operacionais	(59)	-	(59)
	(74.778)	76.485	1.707
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	157.649	(73.470)	84.179
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	4.870	-	4.870
Despesas financeiras	(77.857)	-	(77.857)
	(72.987)		(72.987)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	84.662	(73.470)	11.192
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	-	-	-
Diferido	688	-	688
	688	-	688
Lucro líquido do exercício das operações em continuadas	85.350	(73.470)	11.880
Lucro após os tributos proveniente de operações descontinuadas	-	-	-
Lucro líquido do exercício	85.350	(73.470)	11.880

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. Reapresentação de saldos comparativos--Continuação

	Consolidado		
	2023 Originalmente apresentado	Reclassificações	2023 Reapresentado
Receita operacional líquida	496.016	(268.610)	227.406
Custo de geração de energia	(278.578)	134.742	(143.836)
Lucro bruto	217.438	(133.868)	83.570
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais	(24.476)	22.690	(1.786)
Resultado com equivalência patrimonial	-	-	-
Outras despesas operacionais	(12.241)	12.181	(60)
	(36.717)	34.871	(1.846)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	180.721	(98.997)	81.724
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16.612	(7.493)	9.119
Despesas financeiras	(99.436)	21.386	(78.050)
	(82.824)	13.893	(68.931)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	97.897	(85.104)	12.793
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	(13.229)	11.628	(1.601)
Diferido	688	-	688
	(12.541)	11.628	(913)
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	85.356	(73.476)	11.880
Lucro após os tributos proveniente de operações descontinuadas	-	-	-
Lucro líquido do exercício	85.356	(73.476)	11.880
Atribuível aos:			
Acionistas controladores	85.350	(73.471)	11.879
Acionistas não controladores	6	(5)	1

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. Reapresentação de saldos comparativos--Continuação

	Controladora		
	2023 Originalmente apresentado	Reclassificações	2023 Reapresentado
Atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas	84.662	(73.470)	11.192
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social das operações descontinuadas	-	73.470	73.470
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido ao caixa gerado nas atividades operacionais			
Depreciação e amortização da Mais-Valia alocada no imobilizado	36.666	-	36.666
Amortização da Mais-Valia alocada na aquisição de controladas	17.808	-	17.808
Amortização do ativo de direito de uso	123	-	123
Juros sobre arrendamento	83	-	83
Encargos financeiros, líquidos	74.730	-	74.730
Baixa de ativo imobilizado	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(94.819)	-	(94.819)
Impairment nas controladas	-	-	-
Perda com operações descontinuadas	-	-	-
Juros sobre - UBP	-	765	765
Amortização de UBP	65	-	65
Amortização de provisão para desmobilização	-	-	-
Provisão para demandas judiciais	115	-	115
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber	(732)	-	(732)
Impostos a recuperar	1.012	-	1.012
Depósitos judiciais	(17)	-	(17)
Despesas antecipadas	140	-	140
Estoque	-	-	-
Outros	(3.086)	-	(3.086)
Depósitos restituíveis e valores vinculados	(102)	-	(102)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar	(9.942)	-	(9.942)
Salários e encargos sociais	(134)	-	(134)
Impostos e contribuições a recolher	(87)	-	(87)
Outras contas a pagar	(844)	-	(844)
(-) Uso do bem público - UBP – pagamento	1.699	(765)	904
(-) Impostos de renda e contribuição social pagos	(991)	-	(991)
(-) Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	(77.420)	-	(77.420)
(+) Dividendos recebidos	64.481	-	64.481
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais	93.410	-	93.410
Atividades de investimento			
Recebimento de empréstimo concedido à parte relacionada – principal	19.650	-	19.650
Redução (aumento) de capital em empresas investidas	43.612	-	43.612
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(602)	-	(602)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	62.660	-	62.660
Atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures – principal	(80.015)	-	(80.015)
Pagamento de arrendamento	(224)	-	(224)
Pagamento de dividendos	(47.312)	-	(47.312)
Aumento de capital social	-	-	-
Redução de capital social	(27.075)	-	(27.075)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento	(154.626)	-	(154.626)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de Caixa	1.444	-	1.444
Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro	6.939	-	6.939
Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro	8.383	-	8.383
Variação de caixa e equivalentes de caixa	1.444	-	1.444

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. Reapresentação de saldos comparativos--Continuação

	Consolidado		
	2023 Originalmente apresentado	Reclassificações	2023 Reapresentado
Atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas	86.269	73.476	12.793
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social das operações descontinuadas	-	(73.476)	73.476
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido ao caixa gerado nas atividades operacionais			
Depreciação e amortização da Mais-Valia alocada no imobilizado	121.225	-	121.225
Amortização da Mais-Valia alocado na aquisição de controladas	-	-	-
Amortização do ativo de direito de uso	847	-	847
Juros sobre arrendamento	969	-	969
Encargos financeiros, líquidos	93.029	-	93.029
Baixa de ativo imobilizado	8.792	-	8.792
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-
Impairment nas controladas	3.942	-	3.942
Perda com operações descontinuadas	-	-	-
Juros sobre – UBP	-	765	765
Amortização de UBP	65	-	65
Amortização de provisão para desmobilização	519	-	519
Provisão para demandas judiciais	491	-	491
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber	(6.846)	-	(6.846)
Impostos a recuperar	(142)	-	(142)
Depósitos judiciais	(79)	-	(79)
Despesas antecipadas	353	-	353
Estoque	-	-	-
Outros	(3.473)	-	(3.473)
Depósitos restituíveis e valores vinculados	19.925	-	19.925
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar	(14.845)	-	(14.845)
Salários e encargos sociais	(136)	-	(136)
Impostos e contribuições a recolher	1.372	-	1.372
Outras contas a pagar	(5.453)	-	(5.453)
(-) Uso do bem público - UBP – pagamento	225	(765)	(540)
(-) Impostos de renda e contribuição social pagos	(784)	-	(784)
(-) Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures – juros	-	(93.516)	(93.516)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais	306.265	(93.516)	212.749
Atividades de investimento			
Recebimento de empréstimo concedido à parte relacionada – principal	18.150	-	18.150
Redução (aumento) de capital em empresas investidas	-	-	-
Caixa recebido de operações de descontinuadas	-	-	-
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(17.195)	-	(17.195)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	955	-	955
Atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures – principal	(97.721)	-	(97.721)
(-) Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures – juros	(93.516)	93.516	-
Pagamento de arrendamento	(1.828)	-	(1.828)
Pagamento de dividendos	(47.312)	-	(47.312)
Aumento de capital social	-	-	-
Redução de capital social	(27.075)	-	(27.075)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento	(267.452)	93.516	(173.936)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de Caixa	39.768	-	39.768
Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro	36.145	-	36.145
Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro	75.913	-	75.913
Variação de caixa e equivalentes de caixa	39.768	-	39.768

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais, identificadas como “Controladora”, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia e suas controladas não possuem outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como capacidade de produção de energia instalada, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 15 de maio de 2025.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas-- Continuação

2.4 Base de consolidação das demonstrações financeiras

a) Controladas

As controladas são consolidadas integralmente, a partir da data em que o controle Controladas são todas as companhias (incluindo as companhias de propósito específico) nas quais a Companhia (inclui controladora e suas controladas) tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre entidades da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda impairment do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido. Os prejuízos são atribuídos às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor.

Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, por participação direta no capital social, como segue:

Controladas diretas	Percentuais de participação	
	2024	2023
Apollo Comercializadora Ltda.	100,00%	100,00%
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	0,00%	100,00%
SPE Cristina Energia S.A.	0,00%	99,99%
PCH Zé Tunin S.A.	0,00%	100,00%
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	0,00%	99,99%
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	0,00%	100,00%
Controladas indiretas	2024	2023
Geração Central Eólica Renascença I S.A.	0,00%	100,00%
Geração Eólica Renascença II S.A.	0,00%	100,00%
Geração Central Eólica Parque Renascença III S.A.	0,00%	100,00%
Geração Central Eólica Complexo Renascença IV S.A.	0,00%	100,00%
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	0,00%	100,00%
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	0,00%	100,00%
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	0,00%	100,00%
Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.	0,00%	100,00%
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	0,00%	100,00%

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas-- Continuação

2.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras estão relacionados aos seguintes aspectos:

Vida útil dos bens do imobilizado (nota 11);

Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (nota 12);

- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota 3.6);
- Provisão para demandas judiciais (nota 16); e
- Provisão para desmobilização de ativos (nota 17).

3. Políticas contábeis materiais

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.2 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra companhia.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber, para o saldo de clientes, que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos restituíveis (caixa restrito), mútuos a receber, depósitos judiciais, partes relacionadas e dividendos a receber.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) *Classificação e mensuração*

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui apenas ativos financeiros, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber, partes relacionadas, mútuo a receber, depósitos judiciais e dividendos a receber.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

- i) Ativos financeiros--Continuação
- c) *Classificação e mensuração--Continuação*

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

- d) *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

- e) *Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Não foram identificadas evidências de *impairment*.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar, dividendos a pagar, arrendamento e empréstimos, financiamentos e debêntures.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

A Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado a menos que os passivos financeiros atendam às exceções previstas no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tais como: instrumentos financeiros derivativos; derivativos embutidos; contratos de garantia financeira; compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; contraprestação contingente reconhecida em combinação; e demais opções previstas nesse pronunciamento.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, todos os passivos financeiros da Companhia estão, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*--Continuação

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

c) *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não tem contrato ou operou com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o exercício de 2024 e de 2023. Também, não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.3 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

3.5 Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos da classe de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na Nota 11 e os critérios de depreciação são demonstrados na Nota 11.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6 Testes de recuperabilidade de ativos (teste de impairment)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

A Administração avaliou e concluiu que não há indicativos de *impairment*.

3.7 Provisões

As provisões são registradas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações.

(a) Provisão para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados; e ii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.7 Provisões--Continuação

(b) Provisão para desmobilização

A provisão para desmobilização/desmantelamento de ativos do parque solar considera que a entidade assumiu obrigação de retirada de ativos ao final do prazo do contrato de arrendamento das terras onde está instalado. A provisão foi inicialmente mensurada ao valor justo e, posteriormente, é ajustada ao valor presente e por mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

3.8 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado o lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Exceto para Companhia e as controladas JUBA e AFONSO, cujo imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável, as demais controladas apuram seus impostos com base no lucro presumido, facultado pela legislação tributária às companhias cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$78.000 no ano calendário anterior. Os impostos são apurados mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9 Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.10 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.11 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

3.12 Operações descontinuadas

As operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações em continuidade, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os tributos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado.

Divulgações adicionais são apresentadas na nota explicativa 1.2. A Companhia inclui os recursos provenientes da alienação nos fluxos de caixa de operações descontinuadas.

Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações em continuidade, exceto quando mencionado de outra forma.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13 Apuração do resultado

a) Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional do curso normal das atividades das Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

É estabelecido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, o modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato com as distribuidoras; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

A receita proveniente de contratos de auto-produção é reconhecida na realização dos termos dos contratos de arrendamento de equipamentos e de terrenos necessários para a operação dos clientes auto-produtores. A receita dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento no qual os serviços são prestados pela Companhia. Essas receitas correspondem aos custos de arrendamento de terrenos e de gestão de operação e manutenção, adicionados de uma margem bruta residual.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13 Apuração do resultado--Continuação

b) Custos de serviços

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

3.14 Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com <i>covenants</i>	01.01.2024
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa		01.01.2024
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de financiamento de fornecedores	01.01.2024
CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado	Alterações redacionais Inclusão de seções explicativas e origem da DVA Atualização das divulgações requeridas no grupo de perda e recuperação de valores ativos	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01.01.2027

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.14 Normas e interpretações novas e revisadas--Continuação

(b) Revisadas e não vigentes--Continuação

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e depósitos bancários	5.793	6.486	5.876	14.121
Aplicações financeiras	128.636	1.897	164.413	61.792
Total	134.429	8.383	170.289	75.913

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respectivamente.

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			2024	2023	2024	2023
Banco Bradesco S.A.	CDB	CDI	-	146	-	146
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI (BKFD)	CDI	37.888	750	72.372	56.054
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	90.748	1.001	92.041	5.592
			128.636	1.897	164.413	61.792

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Venda de energia	380	4	380	41.162
Venda de energia – não faturado	14.732	11.444	14.732	11.427
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	1.450	-	1.615	4.046
Contas a receber	695	2.519	695	2.519
Contas a receber – partes relacionadas (nota 23)	12.511	10.070	12.554	1.925
Indenizações – parceiro de consórcio (**)	-	-	-	125.191
		24.037	29.976	186.270
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(125.191)
	29.768	24.037	29.976	61.079
Circulante	29.768	24.037	29.976	60.450
Não circulante	-	-	-	629

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

(**) As controladas indiretas da Companhia mantêm valor a receber da Tonon Bioenergia S.A., correspondente à indenização prevista contratualmente, de forma a cobrir os custos incorridos na aquisição de energia por indisponibilidade de biomassa durante a safra 2016/2017, 2017/2018 e 2018/2019. Tais controladas estão se recuperando dos gastos incorridos com aquisição de energia durante a quebra de safra de cana-de-açúcar, no valor total da operação no montante de R\$125.191 foi realizado uma provisão para crédito de liquidação duvidosa.

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo a vencer (*)	28.864	11.454	29.976	49.936
Saldo vencido até 30 dias	-	9.271	-	9.451
Saldo vencido de 31 a 90 dias	-	407	-	1.692
Saldo vencido de 91 a 180 dias	-	2.905	-	-
Saldo vencido há mais de 365 dias	904	-	-	125.591
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(125.591)
Total	29.768	24.037	29.976	61.079

(*) Os saldos a vencer são representados pela receita de venda de energia fornecida e não faturada.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber, considerando as características do mercado em que atua, a expectativa da Administração.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

6. Depósitos restituíveis (caixa restrito)

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis (caixa restrito) a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			2024	2023	2024	2023
Banco Bradesco S.A.	Conta Corrente	-	-	937	-	1.170
Banco Itaú S.A.	Fundo Itaú	CDI	-	-	-	17.840
		Circulante	-	937	-	19.010
Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			2024	2023	2024	2023
Banco Bradesco S.A.	Fundos	CDI	-	-	1.884	16.782
		Não circulante	-	-	1.884	16.782
		Total	-	937	1.884	35.792

As controladas da Companhia possuem, em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$1.884 (R\$16.782 em 31 de dezembro de 2023) depositado em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRRF a compensar	-	4.104	-	5.936
IRRF sobre aplicações financeiras	825	895	1.304	1.524
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	4.131	-	5.152	1.612
CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido	2.107	990	2.432	2.204
Total impostos diretos	7.063	5.989	8.888	11.276
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	21	2	21	248
PIS - Programa de Integração Social	1.388	437	1.410	988
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	6.366	1.945	6.376	4.432
ISS a recuperar	-	-	-	80
Outros	29	29	29	293
Total impostos indiretos	7.804	2.413	7.836	6.041
Total - Impostos a recuperar	14.867	8.402	16.724	17.317

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

8. Mútuos a receber

A composição dos mútuos a receber é a seguinte:

Credor	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	1.500	1.500	1.500	-
Pérola Energética S.A.	-	76.610	-	76.610
	1.500	78.110	1.500	76.610

A movimentação dos mútuos a receber é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	78.110	96.046	76.610	93.046
Adição por operação descontinuada (*)	-	-	1.500	-
Imposto sobre operação financeira	1.364	1.714	1.364	1.714
Amortização de principal	(77.974)	(19.650)	(77.974)	(18.150)
Saldo final	1.500	78.110	1.500	76.610

(*) Com a reorganização societária ocorrida em 01 de fevereiro nota 26 a Geração Biomassa Vista Alegre I S.A. deixou de ser uma empresa controlada da Tangará Energética S.A., com isso o mútuo realizado entre as partes deixa de ser eliminado no consolidado.

Operação de mútuo realizada com a controlada Geração Biomassa Vista Alegre I durante o exercício de 2020, sem incidência de juros e com data de vencimento indeterminada.

9. Uso de Bem Público (UBP) – Direito de Outorga

A Companhia, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da Usina Guaporé, desembolsará à União, ao longo do prazo de vigência do Contrato de Concessão e enquanto o estiver explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido nos contratos de concessão, atualizados anualmente com base na variação anual do IGP-M, calculado pela FGV.

A primeira parcela foi desembolsada no início da operação comercial da 1ª unidade geradora e a última parcela ocorrerá no término da concessão.

O saldo do ativo é amortizado pelo prazo da concessão desde o momento em que a usina entrou em operação. O saldo do passivo é atualizado mensalmente pelos encargos financeiros (pro rata temporis), conforme determinado no respectivo contrato de concessão, e a contrapartida dessa atualização monetária é registrada como despesa financeira - variação monetária passiva.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

9. Uso de Bem Público (UBP) – Direito de Outorga--Continuação

A Companhia tem registrado o total do direito de outorga, ativo contra passivo, pelo valor presente, desde a entrada da usina em operação.

A movimentação do Uso do Bem Público (UBP) - Direito de Outorga é como segue:

Saldos do ativo	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	168	233	168	233
Amortização	(65)	(65)	(65)	(65)
Saldo final	103	168	103	168

Saldos do passivo	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	225	-	225	-
Juros provisionados (nota 21)	315	765	315	765
Pagamento	(527)	(540)	(527)	(540)
Saldo final	13	225	13	225
Passivo circulante	13	225	13	225
Passivo não circulante	-	-	-	-

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimento

Investidas	Participação sobre o capital total		Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do exercício		Valor dos investimentos		Equivalência patrimonial		Resultado com operações descontinuadas (nota 1.2)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A. (*)	0%	100%	-	189.294	-	-	-	189.294	-	-	-	8.858
Apollo Comercializadora Ltda.	100%	100%	10.140	8.157	2.644	3.541	10.140	8.157	2.644	3.541	2.644	-
SPE Cristina Energia S.A. (*)	0%	99%	-	18.191	-	-	-	18.188	-	-	-	(547)
PCH Zé Tunin S.A. (*)	0%	100%	-	53.937	-	-	-	53.937	-	-	-	568
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A. (*)	0%	99%	-	176.625	-	-	-	176.604	-	-	-	49.951
Geração Bioeletricidade Holding S.A. (*)	0%	100%	-	399.388	-	-	-	399.388	-	-	-	32.448
Mais-Valia alocada na aquisição de controladas					-	-	-	377.938	-	-	-	-
Total					2.644	3.541	10.140	1.223.506	2.644	3.541	2.644	91.278

(*) Os resultados de equivalência patrimonial das operações descontinuadas da Companhia conforme disposto no CPC 31 são apresentados na linha de operações descontinuadas Nota 1.2.

Na controladora, a movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

Controladas	Saldo em	Equivalência	Redução de capital	Dividendos	Amortização da Mais-Valia	Operações descontinuadas (nota 1.2)	Saldo em
	2023	patrimonial	nas investidas				2024
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	189.294	-	-	1.480	-	(190.774)	-
Apollo Comercializadora Ltda.	8.157	2.644	-	(661)	-	-	10.140
SPE Cristina Energia S.A.	18.188	-	-	-	-	(18.188)	-
PCH Zé Tunin S.A.	53.937	-	-	1.970	-	(55.907)	-
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	176.604	-	-	-	-	(176.604)	-
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	399.388	-	-	7.706	-	(407.094)	-
Mais valia alocada na aquisição de controladas	377.938	-	-	-	-	(377.938)	-
Total	1.223.506	2.644	-	7.045	-	(1.226.505)	10.140

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimento--Continuação

Controladas	Saldo em 2022	Equivalência patrimonial <i>(reapresentado)</i>	Redução		Amortização da Mais-Valia	Operações descontinuadas <i>(nota 1.2)</i>	Saldo em 2023
			de capital nas investidas	Dividendos			
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	197.411	-	-	(16.975)	-	8.858	189.294
Apollo Comercializadora Ltda.	6.722	3.541	-	(2.106)	-	-	8.157
SPE Cristina Energia S.A.	21.675	-	(494)	(2.446)	-	(547)	18.188
PCH Zé Tunin S.A.	57.635	-	-	(4.266)	-	568	53.937
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	159.479	-	-	(32.826)	-	49.951	176.604
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	417.764	-	(43.118)	(7.706)	-	32.448	399.388
Mais-Valia alocada na aquisição de controladas	395.746	-	-	-	(17.808)	-	377.938
Total	1.256.432	3.541	(43.612)	(66.325)	(17.808)	91.278	1.223.506

As principais informações sobre as empresas controladas estão demonstradas a seguir:

	2024				2023			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	-	-	-	-	202.590	13.296	189.294	-
Apollo Comercializadora Ltda.	39.810	29.670	10.140	2.644	37.842	28.685	9.157	3.541
SPE Cristina Energia S.A.	-	-	-	-	20.119	1.928	18.191	-
PCH Zé Tunin S.A.	-	-	-	-	58.353	4.416	53.937	-
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	-	-	-	-	438.443	261.818	176.625	-
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	-	-	-	-	426.844	27.456	399.388	-
								3.541

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

A movimentação do imobilizado da controladora é como segue:

	Em serviço				Em curso			Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações obras civis e benfeitorias	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	Mais-Valia na incorporação	
31 de dezembro de 2022	1.743	140.057	103.635	23.287	526	1.646	271.116	542.010
Adições	-	-	-	-	2	600	-	602
Transferências	-	(3.640)	1.694	2.296	-	(350)	-	-
31 de dezembro de 2023	1.743	136.417	105.329	25.583	528	1.896	271.116	542.612
Adições	-	-	-	-	148	208	-	356
Transferências	-	308	-	9	-	(317)	-	-
31 de dezembro de 2024	1.743	136.725	105.329	25.592	676	1.787	271.116	542.968
31 de dezembro de 2022	-	(73.981)	(38.268)	(9.586)	-	-	(193.736)	(315.571)
Adições de depreciação	-	(3.331)	(9.117)	(610)	-	-	-	(13.058)
Amortização da Mais-Valia alocada	-	-	-	-	-	-	(23.609)	(23.609)
Transferência	-	540	853	(1.393)	-	-	-	-
31 de dezembro de 2023	-	(76.771)	(46.532)	(11.589)	-	-	(217.345)	(352.237)
Adições de depreciação	-	(2.646)	(7.142)	(386)	-	-	-	(10.174)
Amortização da Mais-Valia alocada	-	-	-	-	-	-	(24.279)	(24.279)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2024	-	(79.418)	(53.674)	(11.974)	-	-	(241.624)	(386.690)
Total em 31 de dezembro de 2023	1.743	59.645	58.797	13.995	528	1.896	53.771	190.375
Total em 31 de dezembro de 2024	1.743	57.307	51.655	13.618	676	1.787	29.492	156.278

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

A movimentação do imobilizado da consolidado é como segue:

	Em serviço					Em curso			Ajuste a valor recuperável	Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Provisão para desmobilização	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	Mais valia na incorporação		
31 de dezembro de 2022	23.015	2.085.618	403.323	140.085	3.479	7.577	18.563	271.116	(180.114)	2.772.662
Adições	-	-	-	-	-	1.038	16.157	-	-	17.195
Impairment de SPECE	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.942)	(3.942)
Baixa	-	(8.142)	-	-	-	(650)	-	-	-	(8.792)
Transferências (*)	(1.546)	18.795	6.382	(11.432)	-	-	(12.199)	-	-	-
31 de dezembro de 2023	21.469	2.096.271	409.705	128.653	3.479	7.965	22.521	271.116	(184.056)	2.777.123
Operações descontinuadas (nota 1.2)	(19.726)	(1.959.854)	(304.376)	(103.070)	(3.479)	(7.437)	(20.625)	-	184.056	(2.234.511)
Adições	-	-	-	-	-	148	208	-	-	356
Transferências (*)	-	308	-	9	-	-	(317)	-	-	-
31 de dezembro de 2024	1.743	136.725	105.329	25.592	-	676	1.787	271.116	-	542.968
31 de dezembro de 2022	(5.332)	(749.502)	(126.644)	(45.688)	(921)	-	-	(193.736)	45.291	(1.076.532)
Impairment de EBIOVA	-	-	-	-	-	-	-	-	4.686	4.686
Adições de depreciação	(311)	(84.075)	(12.993)	(3.564)	(114)	-	-	-	-	(103.009)
Amortização da Mais-Valia	-	-	-	-	-	-	-	(23.609)	-	(23.609)
Baixas de depreciação	-	707	-	-	-	-	-	-	-	707
Transferência (*)	318	(1.929)	(657)	2.268	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2023	(5.325)	(836.751)	(140.294)	(46.984)	(1.035)	-	-	(217.345)	49.977	(1.197.757)
Operações descontinuadas (nota 1.2)	5.325	759.980	93.762	35.396	1.035	-	-	-	(49.977)	845.521
Adições de depreciação	-	(2.646)	(7.142)	(386)	-	-	-	-	-	(10.174)
Amortização da Mais-Valia	-	-	-	-	-	-	-	(24.279)	-	(24.279)
31 de dezembro de 2024	-	(79.418)	(53.674)	(11.974)	-	-	-	(241.624)	-	(386.690)
Total em:										
31 de dezembro de 2023	16.144	1.237.073	269.411	81.699	2.444	7.965	22.521	53.771	(134.079)	1.579.366
31 de dezembro de 2024	1.743	57.307	51.655	13.618	-	676	1.787	29.492	-	156.278

(*) Valor total do imobilizado das operações descontinuadas de R\$1.388.900 (nota 1.2).

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2024 e 2023 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual, e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos.

Mediante a este cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitadas ao prazo da outorga, sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

A Companhia para seu ativo imobilizado adotada como referência as informações do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, sendo as taxas que representam e correspondem de forma razoável e adequada a taxa de vida útil dos ativos imobilizados, em consonância com a norma CPC 27. Administração acredita que em suas demonstrações financeiras está refletida adequadamente a depreciação, sendo que esta reflete a vida útil dos seus ativos imobilizados em consonância com os pronunciamentos contábeis vigentes (CPC 27 e normas aplicáveis ao setor elétrico).

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	30 a 50 anos

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

c) Extensão de outorga

Em 8 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil utilizando os preceitos de reconhecimento de ativo não financeiro a valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia (CCEE). O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, foi homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

Em 1º de dezembro de 2020 a Diretoria da ANEEL aprovou a metodologia e os valores preliminares apresentados em audiência pública. Com base nessa informação, as controladas da Companhia determinaram o valor e a extensão que lhe confere a regulamentação, vide tabela abaixo. Com base nos termos dessa regulamentação, em 30 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a referida repactuação.

A mensuração deste ativo não financeiro é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

12. Ativo de direito de uso e Arrendamento (Controladora)

A composição do Ativo de direito de uso é como segue:

<u>Custo</u>	<u>Controladora</u>		
		<u>Veículos</u>	
31 de dezembro de 2022		358	
Adições		-	
31 de dezembro de 2023		358	
Adições		571	
31 de dezembro de 2024		929	
<u>Amortização</u>			
31 de dezembro de 2022		(143)	
Adições de amortização		(123)	
31 de dezembro de 2023		(266)	
Adições de amortização		(192)	
31 de dezembro de 2024		(458)	
Total em 31 de dezembro de 2023		92	
Total em 31 de dezembro de 2024		471	
<u>Custo</u>	<u>Consolidado</u>		
	<u>Terrenos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
31 de dezembro de 2022	5.233	1.570	6.803
Adições	400	312	712
Baixas	-	-	-
31 de dezembro de 2023	5.633	1.882	7.515
Adições	-	571	571
Operações descontinuadas (nota 1.2) (*)	(5.633)	(1.524)	(7.157)
31 de dezembro de 2024	-	929	929
<u>Amortização</u>			
31 de dezembro de 2022	(504)	(665)	(1.169)
Adições de amortização	(176)	(671)	(847)
31 de dezembro de 2023	(680)	(1.336)	(2.016)
Adições de amortização	-	(192)	(192)
Operações descontinuadas (nota 1.2) (*)	680	1.070	1.750
31 de dezembro de 2024	-	(458)	(458)
Total em 31 de dezembro de 2023	4.953	546	5.499
Total em 31 de dezembro de 2024	-	471	471

(*) Valor total do Ativo de direito de uso das operações descontinuadas de R\$(5.407) (nota 1.2).

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

12. Ativo de direito de uso e Arrendamento (Consolidado)--Continuação

Arrendamento – Passivo:

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos de arrendamento são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Valor nominal dos pagamentos futuros	688	121	688	14.587
Ajuste a valor presente	(175)	(5)	(175)	(8.479)
	513	116	513	6.108
Passivo circulante	208	105	208	572
Passivo não circulante	305	11	305	5.536

Em 31 de dezembro de 2024 a movimentação dos passivos de arrendamento são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	116	257	6.108	6.255
Operações descontinuadas (nota 1.2)	-	-	(5.992)	
Adições	571		571	712
Pagamento	(205)	(224)	(205)	(1.828)
Juros sobre arrendamento	31	83	31	969
Saldo final	513	116	513	6.108

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas pela Companhia e pelas controladas indiretas da Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora
2026	198
2027	107
	305

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

13. Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Compra de energia – MRE/CCEE (*)	-	1.087	-	31.724
Compra de energia	4.698	-	4.698	-
Fornecedores	1.862	8.013	1.862	9.094
Taxas ANEEL	2.997	1.411	2.997	1.411
Contas a pagar – partes relacionadas (nota 23)	327	28.139	25.497	57.191
Seguros	-	-	-	67
	9.884	38.650	35.054	99.487
Passivo circulante	9.884	38.650	35.054	80.971
Passivo não circulante	-	-	-	18.516

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Credor	Modalidade	Encargos	Controladora			
			2024		2023	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<u>Em moeda nacional</u>						
Banco Bradesco S.A.(**)	1ª emissão - Debêntures	100% CDI + 1,4% a.a.	37.712	223.871	55.243	261.000
Banco Bradesco S.A. (**)	2ª emissão - Debêntures	100% CDI + 2,33% a.a.	-	-	26.633	122.003
			37.712	223.871	81.876	383.003
			-	(1.514)	(514)	(1.514)
Total			32.712	222.267	81.362	381.489

(*) Refere-se a gastos com Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e comissões em favor do Banco Bradesco S.A., necessários para a 1ª emissão de debêntures.

(**) A dívida acima é oriunda da empresa São João Energética S.A., que foi incorporada em outubro de 2021 e ambas têm vencimento em 16 de dezembro de 2027.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Credor	Modalidade	Encargos	Companhia	Consolidado			
				2024		2023	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<u>Em moeda nacional</u>							
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 1,89 % a.a.	Renascença I	-	-	6.283	32.314
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 1,89 % a.a.	Renascença II	-	-	6.267	32.218
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 1,89 % a.a.	Renascença III	-	-	6.266	32.220
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 1,89 % a.a.	Renascença IV	-	-	6.272	32.250
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 1,89 % a.a.	Ventos de São Miguel	-	-	6.620	32.966
Banco Bradesco S.A. (****)	1ª emissão - Debêntures	100% CDI + 1,4% a.a.	Tangará	37.712	223.871	55.244	261.000
Banco Bradesco S.A. (****)	2ª emissão - Debêntures	100% CDI + 2,33%	Tangará	-	-	26.632	122.003
				37.712	223.871	113.584	544.971
				-	(1.514)	(514)	(1.514)
				-	-	(210)	(1.296)
Total				32.712	222.267	112.860	542.161

(*) Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o percentual excedente à referida taxa, aplicado ao saldo devedor, será capitalizado junto ao principal.

(**) Refere-se a gastos com Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e comissões em favor do Banco Bradesco S.A., necessários para a 1ª emissão de debêntures.

(***) Refere-se a gastos destinados a investimentos sociais diversos dos estipulados para implantação do projeto financiado (Ventos de São Miguel).

(****) A dívida é oriunda da empresa São João Energética S.A., que foi incorporada em outubro de 2021.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	462.851	543.842	655.021	751.515
Operações descontinuadas (nota 1.2)	-	-	(192.170)	
Juros provisionados (nota 21)	51.551	75.930	51.551	94.019
Amortização - principal	(207.821)	(66.999)	(207.821)	(97.721)
Amortização - mútuo	-	(13.016)	-	
Pagamento de juros	(52.116)	(77.420)	(52.116)	(93.516)
	254.465	462.337	254.465	654.297
<u>Adição por Incorporação</u>				
Despesa de contratação (*)	514	514	514	724
Saldo final	254.979	462.851	254.979	655.021

(*) Refere-se a gastos com Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e comissões em favor do Banco Bradesco S.A., necessários para a 1ª emissão de debêntures.

Em 31 de dezembro de 2024, tendo os contratos como vencimento as datas demonstradas abaixo:

Devedor	Credor	Vencimento
São João – 1ª Emissão de Debêntures	Banco Bradesco	16 de dezembro de 2027

Os saldos devedores aos BNDES em suas controladas composto por principal e juros ambos são amortizados mensalmente, os saldos devedores os Banco Bradesco composto por principal mais juros, sendo o principal amortizado anualmente e os juros amortizados semestralmente.

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2024, têm os seguintes vencimentos:

Ano	Controladora e Consolidado
2026	24.605
2027	197.662
Total	222.267

Controladora

A Companhia está sujeita às garantias dadas ao Banco Bradesco, que incluem alienação fiduciária de dividendos. Além de cláusulas restritivas (*covenants* financeiros), dentre as obrigações, o financiamento obtido exige a manutenção do saldo da dívida líquida versus o EBITDA de no máximo 4 vezes, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia está adimplente com todas as cláusulas. A Tangará Energia S.A. é fiadora deste contrato de empréstimo (oriunda da entidade São João Energética S.A., que foi incorporada em outubro de 2021).

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

15. Impostos e contribuições a recolher

	2024	2023	2024	2023
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	-	969	3.467
CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido	-	-	357	1.527
Total impostos diretos	-	-	1.326	4.994
PIS - Programa de Integração Social	110	124	110	281
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	506	575	506	1.298
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	8	3	8	225
ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	49	37	49	188
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias	-	202	-	650
Retenções - Lei nº 10.833	233	48	233	332
IOF - Impostos sobre Operações Financeiras	32	-	32	-
Outros	36	202	36	679
Total impostos indiretos	974	1.191	974	3.653
Total - Impostos e contribuições a recolher	974	1.191	2.300	8.647

16. Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Empresa ou suas investidas. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação das demandas judiciais com prognóstico de perda provável está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
31 de dezembro de 2022	92	4.285
Adição	99	153
Atualização	16	338
31 de dezembro de 2023	207	4.776
Operações descontinuadas (*)	-	(4.569)
Baixa	(117)	(117)
31 de dezembro de 2024	90	90

(*) Nota 1.2 – Na linha de contas a pagar e outros.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para demandas judiciais--Continuação

Processos trabalhistas – Causas prováveis:

Em 31 de dezembro de 2024, a Controladora possui uma ação classificada como probabilidade de perda provável, no montante de R\$90 (R\$207 em 31 de dezembro de 2023).

Processos com probabilidade de perda classificada como possível:

Abaixo são demonstrados o resumo dos processos prognóstico de perda possível:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Processos trabalhistas	779	331	779	331
Processos tributários	16.280	21.729	16.280	21.729
Processos cíveis	-	1.504	-	1.504
Processos ambientais	-	-	-	884
	23.761	23.564	23.761	24.448

Tangará Energia S.A

Ações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2024, a Controladora possui três ações classificadas como probabilidade de perda possível, no montante de R\$779 (R\$331 em 31 de dezembro de 2023).

Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2024, existem três processos tributários classificados como perda possível, sendo uma ação anulatória, um auto de infração e um pedido de compensação, no montante de R\$16.280 (R\$21.729 em 31 de dezembro de 2023).

Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2024, não existem processos cíveis classificados como perda possível, (R\$1.504 em 31 de dezembro de 2023).

Apollo Comercializadora Ltda.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não possui ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda possível e montante mensurável, que impliquem em divulgação em nota explicativa.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para desmobilização

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Provisão para desmobilização	-	-	-	6.014
Total	-	-	-	6.014

Considerando que o parque eólico possui contratos de arrendamento do terreno e assumiu obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente a uma taxa de 9,44% e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tendo como contrapartida o imobilizado.

<u>Provisão para desmobilização</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo inicial	6.014	5.494
Atualização	-	520
Operações descontinuadas (nota 1.2)	(6.014)	-
Saldo final	<u>-</u>	<u>6.014</u>

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$151.476 (R\$951.241 em 31 de dezembro de 2023), dividido em 17.710.631.007 (dezessete bilhões, setecentos e dez milhões, seiscentos e trinta e um mil e sete) ações ordinárias e 1 (uma) de ação preferencial classe.

A cada ação ordinária é conferido um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A ação preferencial classe "R", inconversível em ações ordinárias, não tem direito a voto e goza das seguintes vantagens:

- Recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% (um por cento) sobre o valor da sua respectiva participação no capital social; e
- Prioridade, em caso de liquidação da Companhia, no recebimento do capital e no rateio do excesso do patrimônio líquido que se verificar.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio Líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

O Estatuto Social determina que o não pagamento de dividendos previstos supra, por três exercícios consecutivos, conferirá às ações preferenciais o direito a voto, que persistirá até a Assembleia Geral que determinar a distribuição de dividendos. A aquisição do direito de voto não implicará perda para essas ações de sua qualidade de preferenciais.

Sem prejuízo dos direitos assegurados às ações preferenciais classe "R", elas poderão ser objeto de resgate pela Companhia.

O resgate das ações preferenciais classe "R" será realizada por deliberação da Assembleia Geral, nas condições previstas no Artigo 7º do estatuto social, sendo condicionado à integralização total de tais ações e se dará tendo referência a data início da operação da Usina, caracterizada pela operação comercial da última unidade geradora, acordada, para os efeitos do resgate, em 31 de março de 2003.

O resgate das ações preferenciais classe "R" será em períodos trimestrais, em quantidade correspondente a 1/32 (um trinta e dois avos) do total das ações, a partir do 2º ano da data de início da operação comercial, acordada, para os efeitos de resgate, em 31 de março de 2003, devendo estar concluído em até 8 (oito) anos. O processo de resgate das ações preferencias classe "R" se iniciou e foi concluído antes da efetiva transferência das ações da Companhia para a Turmalina Energética S.A., sendo certo que na data-base 31 de dezembro de 2015, a totalidade menos uma das ações preferenciais classe "R" foram resgatadas pela Companhia e mantidas em tesouraria e, nesta condição, a essas ações atualmente não têm direito a dividendo nem voto, conforme artigo 30, §4º da Lei nº 6.404/76.

Deliberações do exercício de 2024:

- Em 26 de junho de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram aumento de capital no montante de R\$72.918, sem o cancelamento de cotas, por considerá-la excessiva em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia.
- Em 08 de março de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram redução de capital por meio de cisão parcial (nota 1.2) no montante de R\$399.517(*), sem o cancelamento de cotas, por considerá-la excessiva em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia.
- Em 01 de fevereiro de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram redução de capital por meio de cisão parcial (nota 1.2) no montante de R\$473.166(*), sem o cancelamento de cotas, por considerá-la excessiva em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia.

(*) O total de operações descontinuadas por cisão foi de R\$872.683.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Deliberações do exercício de 2023:

- Em 30 de maio de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram redução de capital no montante de R\$55.000, sem o cancelamento de cotas, por considerá-la excessiva em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia.

b) Reservas de lucros

a.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O estatuto social da Companhia prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	(105.186)	85.350
Constituição da reserva legal 5%	-	(4.258)
Lucro líquido ajustado	(105.186)	81.092
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	(43.757)
Ajuste de avaliação patrimonial	4.884	3.954
Constituição de reserva de lucros	6.647	(41.289)
Absorção de prejuízos	-	-
Lucro líquido do exercício a destinar (prejuízos a absorver)	(93.655)	-

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reservas de capital

A reserva de capital, registrada no patrimônio líquido de Tangará se refere ao registro em setembro de 2017, mediante a incorporação reversa do acervo líquido dos ativos e passivos do antigo controlador direto da Companhia, a entidade Turmalina Energética S.A., na qual a controlada Tangará sucedeu a controladora Turmalina no direito de amortização, para fins fiscais.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

Os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado da Companhia, realizada em 1º de janeiro de 2009 conforme o CPC 27 e ICPC 10 foram alocados no patrimônio líquido na rubrica "ajuste de avaliação patrimonial". Os valores são transferidos a conta de "lucros acumulados" na mesma proporção em que o ativo imobilizado foi depreciado e o imposto de renda e contribuição social apropriado ao resultado.

e) Reserva de incentivos fiscais

Foi aprovado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), laudo constitutivo nº 014/2015, o incentivo fiscal, especificamente com relação ao imposto de renda, concedendo à Companhia o benefício de redução do imposto de renda devido de 75%, entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2024. Por questões administrativas da Receita federal, o benefício fiscal só pode ser utilizado a partir do segundo trimestre de 2017.

Em dezembro de 2017, esse benefício refletiu diretamente nas demonstrações financeiras. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para investimentos foram registradas na rubrica "Imposto de Renda" no resultado do exercício e na destinação do lucro, esses incentivos não afetaram a base para dividendos e foram apropriados à conta de "reserva de incentivos fiscais" no patrimônio líquido (Lei nº 11.638/07).

Em 15 de junho de 2015, Companhia obteve o benefício de redução do imposto de renda devido de 75%, durante o período de 2015 a 2024. Após obtenção do benefício tributário na alíquota de IRPJ, a Companhia passou a apurar como alíquota de IRPJ de 25% para 6,25% em adição a alíquota da CSLL de 9%, totalizando uma alíquota de IRPJ e CSLL de 15,25%.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio Líquido--Continuação

f) Dividendos

O Estatuto Social determina que, após a destinação para a reserva legal (5% do lucro líquido do exercício, a qual não pode exceder de 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76), o lucro líquido deve se destinar:

- (a) importância destinada ao Pagamento do Dividendo Fixo assegurado às ações preferenciais classe "R", nos termos do art. 6º, I, do Estatuto Social;
- (b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para o pagamento de remuneração aos acionistas. No caso das demais ações preferenciais, a remuneração será 10% (dez por cento) maior do que a atribuída aos titulares de ações ordinárias;
- (c) o saldo remanescente, se houver, será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral. Durante o exercício a Companhia apresentou prejuízos acumulados.

Deliberações do exercício de 2024:

- Em 22 de março de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$11.077.
- Em 26 de junho de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$30.155.

Total dos dividendos declarados em 2024 foram no montante de R\$41.232

Deliberações do exercício de 2023:

- Em 29 de dezembro de 2023, os acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$43.757, dos quais R\$182 foram retidos para pagamento de tributos, remanescendo o valor líquido de R\$43.575, considerados como dividendos, conforme preconizam as normas contábeis vigentes.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio Líquido--Continuação

f) Dividendos--Continuação

Deliberações do exercício de 2023--Continuação

- Em 30 de maio de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$33.233.
- Em 30 de maio de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes parte do saldo da realização da avaliação patrimonial, no valor de R\$1.853.
- Em 30 de maio de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes parte do saldo da realização da avaliação patrimonial, no valor de R\$2.818.

Total dos dividendos declarados em 2023 foram no montante de R\$37.904.

19. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023 (reapresentado)
<u>Receita operacional bruta</u>				
<u>Fornecimento de energia</u>				
Venda de energia elétrica	205.004	210.646	205.004	210.678
Venda de energia elétrica - partes relacionadas (nota 23)	-	399	2.258	23.192
Resultado com MRE/CCEE (*)	5.749	2.512	6.689	4.653
	210.753	213.557	213.951	238.523
<u>Deduções da receita operacional bruta</u>				
<u>Impostos sobre a venda</u>				
PIS	(1.586)	(1.505)	(1.644)	(1.981)
COFINS	(7.319)	(6.945)	(7.585)	(9.136)
Receita operacional líquida	201.848	205.107	204.722	227.406

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

20. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023 (reapresentado)	2024	2023 (reapresentado)
<u>Custo de geração de energia</u>				
Compra de energia elétrica	(46.901)	(48.534)	(46.600)	(45.986)
Compra de energia elétrica – partes relacionadas (nota 23)	(5.571)	-	(8.439)	(27.390)
Compra de energia elétrica – comercialização (nota 23)	-	(3.873)	-	-
Royalties ANEEL	(14.388)	(13.416)	(14.430)	(13.452)
	(66.860)	(65.823)	(69.469)	(86.828)
<u>Custo com operação</u>				
Impostos, licenças e taxas	(136)	-	(136)	-
Viagens	(94)	-	(94)	-
Serviços de terceiros	(2.406)	(2.119)	(2.411)	(2.119)
Seguros	(9.552)	(9.337)	(9.552)	(9.337)
Pessoal	(5.296)	(6.348)	(5.296)	(6.348)
Depreciação	(34.711)	(36.854)	(34.711)	(36.854)
Manutenção	(379)	(249)	(379)	(249)
MRE/CCEE (*)	(1.497)	(1.333)	(1.580)	(1.502)
Aluguéis e utilidades	(1)	(2)	(1)	(2)
Outros	(417)	(570)	(417)	(597)
	(54.489)	(56.812)	(54.577)	(57.008)
Total do custo de geração de energia	(121.349)	(122.635)	(124.046)	(143.836)

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023 (reapresentado)	2024	2023 (reapresentado)
<u>Despesas administrativas e gerais</u>				
Impostos, licenças e taxas	-	(102)	-	(102)
Serviços de terceiros	(368)	(545)	(376)	(556)
Pessoal	-	(26)	-	(26)
Serviços de administração – partes relacionadas (nota 23)	(1.129)	(1.028)	(1.129)	(1.028)
Promoção e publicidade	(19)	(74)	(19)	(74)
	(1.516)	(1.775)	(1.524)	(1.786)

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

21. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023 (reapresentado)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	5.526	4.035	9.516	8.163
Variação monetária e cambiais, líquidas	334	835	334	956
	5.860	4.870	9.850	9.119
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos (nota 14)	(51.551)	(75.931)	(51.551)	(75.931)
Juros sobre arrendamento (nota 12)	(31)	(15)	(31)	(15)
Despesas com letras de crédito	(1.091)	(18)	(1.091)	(18)
Multas e encargos sobre empréstimos	(1.290)	(803)	(1.290)	(803)
Tarifas bancárias	-	(40)	-	(40)
Atualização sobre obrigações regulatórias – UBP (nota 9)	(315)	(765)	(315)	(765)
Outros	(323)	(285)	(509)	(478)
	(54.601)	(77.857)	(54.787)	(78.050)
Resultado financeiro	(48.741)	(72.987)	(44.937)	(68.931)

22. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023 (reapresentado)
Corrente				
Imposto de renda	-	-	(968)	(1.171)
Contribuição social	-	-	(358)	(430)
Total do imposto corrente	-	-	(1.326)	(1.601)
Diferido				
Imposto de renda	313	398	313	398
Contribuição social	502	290	502	290
Total do imposto diferido	815	688	815	688
Total com despesas de impostos	815	688	(511)	(913)

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

22. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Os saldos patrimoniais de impostos de renda e contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
<u>Tributos diferidos</u>		
Prejuízos fiscais e base negativa	3.291	3.640
Provisões temporárias	288	141
Amortização do GSF (*)	(3.238)	(4.139)
Custo atribuído ativo imobilizado	(8.021)	(8.136)
Total tributos diferidos – Passivo não circulante	(7.680)	(8.494)

(*) O saldo se refere a amortização do valor relacionado a repactuação dos riscos hidrológicos referente a parcela dos custos incorridos com o GSF. A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, foi homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica.

O ativo fiscal diferido, decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social, foram reconhecidos, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico da Companhia.

	2024		2023	
	Base de cálculo	Saldo IR e CS	Base de cálculo	Saldo IR e CS
<u>Ativo</u>				
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	328.583	115.408	236.771	73.310
Provisões temporárias	1.889	288	925	140
(-) Créditos fiscais não constituídos	(319.421)	(112.117)	(225.014)	(69.669)
<u>Passivo</u>				
(-) Depreciação/baixas	(23.591)	(8.021)	(23.929)	(8.136)
Amortização do GSF	(9.524)	(3.238)	(12.177)	(4.139)
Total Impostos diferidos reconhecidos – Passivo	(22.064)	(7.680)	(23.424)	(8.494)

Todas as controladas da Companhia tributaram o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro real.

Em 31 de dezembro de 2024, a controlada Apollo Comercializadora não apresenta saldo de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre base negativa (R\$123 em 31 de dezembro de 2023).

A Controladora Tangará Energia S.A. possui um total de base negativa e prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2024 de R\$328.583. A Companhia constitui imposto de renda e contribuição social diferidos da parte do seu prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social somente sobre a parcela com recuperação esperada sendo constituído em 2024 o montante de R\$7.680 reconhecidos no passivo da Companhia.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

22. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social do resultado, calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
		(reapresentado)		(reapresentado)
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social	29.755	11.192	31.081	12.793
	34%	34%	34%	34%
Resultado de imposto de renda e contribuição social às respectivas alíquotas (a)	(10.117)	(3.805)	(10.568)	(4.350)
<u>Adições e exclusões:</u>				
Resultado de equivalência patrimonial	899	1.204	-	-
Juros sobre capital próprio (e)	-	(14.815)	-	(14.815)
Mais-Valia	3.987	3.985	3.987	3.985
Diferido - variação alíquota 25% para 6,25% (c)	6.046	14.119	6.046	14.119
Diferencial tributação presumido	-	-	24	(2.277)
Crédito tributário diferido não constituído (d)	-	-	-	2.314
Reversão (constituição) de créditos fiscais (b)	-	-	-	(869)
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	815	688	(511)	(913)

- (a) Aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.
- (b) Representado, substancialmente, pelo reconhecimento contábil do ativo fiscal diferido calculado sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e provisões temporárias.
- (c) A variação na alíquota se refere à diferença do reconhecimento de alíquota nominal e do reconhecimento da alíquota reduzida em função do Lucro da Exploração. Este diferido é calculado com alíquota de 15,25% e a alíquota nominal do IRPJ/CSLL é de 34%, e consequentemente ocasionando uma variação, que foi reconciliada para fins de registro dos impactos das diferenças temporárias de IRPJ/CSLL na demonstração do resultado do exercício.
- (d) As controladas optantes do lucro real, em 2022, não constituíram créditos tributários diferido em função da falta da expectativa e do histórico de geração de lucros tributáveis futuros.
- (e) Em 2023, a Companhia realizou o pagamento de juros sobre capital próprio a seus acionistas como forma de remunerar o capital investido. Tal mecanismo traz um benefício fiscal decorrente da possibilidade de exclusão da base de cálculo do IRPJ e da CSLL dos valores pagos aos acionistas a título de juros sobre capital próprio.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

23. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão resumidas como segue:

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Contas a receber					
Água Clara Energética S.A.	(a)	-	7	-	7
Apollo Comercializadora Ltda.	(a)	-	5	-	-
Elera Renováveis Minas Gerais S.A.	(a)	-	4	-	4
Elera Comercializadora Ltda.	(a)	-	-	-	39
Elera Gestão e Energia S.A.	(a)	-	-	-	330
Caçador Energética S.A.	(a)	-	2	-	2
Cotiporã Energética S.A.	(a)	1	2	1	2
Elera Renováveis S.A.	(a)	8	-	8	1.430
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.	(a)	1	2	1	2
Energética Ponte Alta S.A.	(a)	-	1	-	1
Energética Rio Pedrinho Ltda.	(a)	1	1	1	1
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	(a)	-	9.563	-	-
Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.	(a)	-	40	-	-
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(a)	-	26	-	-
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(a)	-	27	-	-
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(a)	-	27	43	-
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	(a)	12.488	16	12.488	-
Geração Central Eólica Complexo Renascença IV S.A.	(a)	-	40	-	-
Geração Central Eólica Parque Renascença III S.A.	(a)	-	42	-	-
Geração Central Eólica Renascença I S.A.	(a)	-	44	-	-
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	(a)	-	40	-	-
Geração Eólica Renascença II S.A.	(a)	-	40	-	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(a)	-	50	-	-
Linha Emília Energética S.A.	(a)	-	-	-	59
Growth Power Investments LLC.	(a)	-	5	-	5
Investimentos Sustentáveis FIP Multiestratégia	(a)	2	2	2	2
Lagoa Azul Energética S.A.	(a)	1	3	1	3
Lumbrás Energética S.A.	(a)	1	1	1	1
Pantanal Energética Ltda.	(a)	1	3	1	3
PCH Zé Tunin S.A.	(a)	-	32	-	-
Phoenix Geração de Energia S.A.	(a)	-	1	-	1
Rio Glória Energética Ltda.	(a)	-	9	-	9
Rio Manhuaçu Energética Ltda.	(a)	-	2	-	2
Rio Pomba Energética Ltda.	(a)	-	1	-	1
Eólica Pontal 2B S.A.	(a)	-	-	-	3
Salto Jaurú Energética S.A.	(a)	1	3	1	3
São Geraldo Energética Ltda.	(a)	-	3	-	3
São Luiz Energética S.A.	(a)	-	1	-	1
Serra Negra Energética S.A.	(a)	-	1	-	1
SPE Cristina Energia S.A.	(a)	-	14	-	-
TERP GLBL Brasil I Participações Ltda.	(a)	-	1	-	1
Zona da Mata Geração S.A.	(a)	1	9	1	9
	Nota 5	12.511	10.070	12.554	1.925
Dividendos a receber					
Apollo Comercializadora Ltda.	(b)	3.174	2.513	-	-
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	(b)	-	7.706	-	-
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	(b)	-	24.138	-	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(b)	-	7.979	-	-
PCH Zé Tunin S.A.	(b)	-	3.996	-	-
SPE Cristina Energia S.A.	(b)	-	1.600	-	-
		3.174	47.932	-	-

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

23. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Mútuos a receber					
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(c)	1.500	1.500	1.500	-
Pérola Energética S.A.	(c)	-	76.610	-	76.610
	Nota 7	1.500	78.110	1.500	76.610
Passivo					
Contas a pagar					
Apollo Comercializadora Ltda.	(d)	-	-	-	-
Elera Renováveis S.A.	(d)	327	214	25.497	27.059
Elera Comercializadora Ltda.	(d)	-	-	-	397
Elera Gestão e Energia S.A.	(d)	-	-	-	1.788
Deborah Brandao Guatimosim Carneiro (Acionistas minoritários)	(d)	-	-	-	1
Growth Power Investments LLC.	(d)	-	-	-	12
Investimentos Sustentáveis FIP Multiestratégia	(d)	-	27.121	-	27.121
Santo Ivo Energética S.A.	(d)	-	804	-	804
Outros acionistas não controladores de RN Holding	(d)	-	-	-	9
	Nota 13	327	28.139	25.497	57.191
Passivo					
Dividendos a pagar					
Investimentos Sustentáveis FIP Multiestratégia	(e)	177	44.165	177	44.165
Santo Ivo Energética S.A.	(e)	-	1.263	-	1.263
Outros acionistas não controladores de RN Holding	(e)	-	-	-	51
		177	45.428	177	45.479
Venda de energia					
Apollo Comercializadora Ltda.	(f)	-	399	-	-
Elera Renováveis S.A.	(f)	-	-	-	19.829
Elera Comercializadora Ltda.	(f)	-	-	-	3.363
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(f)	-	-	787	-
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(f)	-	-	382	-
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(f)	-	-	1.089	-
	Nota 19	-	399	2.258	23.192
Custo					
Compra de energia					
Elera Renováveis S.A.	(g)	(3.846)	-	(6.800)	(17.443)
Elera Comercializadora Ltda.	(g)	(1.425)	-	(1.425)	(8.002)
Elera Gestão e Energia S.A.	(g)	-	-	-	(1.945)
Apollo Comercializadora Ltda.	(g)	(300)	-	-	-
Phoenix Geração de Energia S.A.	(g)	-	-	(214)	-
	Nota 20	(5.571)	-	(8.439)	(27.390)
Comercialização de energia					
Apollo Comercializadora Ltda.	(h)	-	(3.873)	-	-
	Nota 20	-	(3.873)	-	-
Serviço de ADM					
Elera Renováveis S.A.	(i)	1.129	1.028	1.129	1.028
	Nota 20	1.129	1.028	1.129	1.028

(a) Contas a receber entre a Companhia e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;

(b) Dividendos a serem recebidos das empresas controladas da Companhia;

(c) Operações de mútuos a receber entre a Companhia e empresas do grupo;

(d) Contas a pagar entre a Companhia e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;

(e) Referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Companhia;

(f) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;

(g) Compra de energia elétrica, acima da Garantia Física, para outras empresas do grupo;

(h) Comercialização de energia elétrica de outras empresas do grupo;

(i) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

23. Transações com partes relacionadas--Continuação

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Não há pessoal chave remunerado por meio da Companhia nos exercícios de 2024 e 2023.

24. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens vinculados à concessão sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2024, a soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$700.000 (R\$700.000 em 31 de dezembro de 2023).

As premissas de riscos adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

25. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

25. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Companhia são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	Controladora					
	2024			2023		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Conta corrente	5.793	-	5.793	6.486	-	6.486
Aplicações financeiras	-	128.636	128.636	-	1.897	1.897
Mútuos a receber	1.500	-	1.500	78.110	-	78.110
Contas a receber	29.768	-	29.768	24.037	-	24.037
Depósitos judiciais	-	237	237	-	30	30
Dividendos a receber	3.174	-	3.174	47.932	-	47.932
Depósitos restituíveis (caixa restrito)	-	-	-	-	937	937
	40.235	128.873	169.108	156.565	2.864	161.356

Ativos financeiros	Consolidado					
	2024			2023		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Conta corrente	5.876	-	5.876	14.121	-	14.121
Aplicações financeiras	-	164.413	164.413	-	61.792	61.792
Mútuos a receber	1.500	-	1.500	76.610	-	76.610
Contas a receber	29.976	-	29.976	61.079	-	61.079
Depósitos judiciais	-	237	237	-	748	748
Depósitos restituíveis (caixa restrito)	-	1.884	1.884	-	35.792	35.792
	37.352	166.534	203.886	151.810	98.332	250.142

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

25. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Os principais passivos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	Controladora	
	2024	2023
	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	9.884	38.650
Arrendamento	513	116
Dividendos a pagar	117	45.428
Empréstimos, financiamentos e debêntures	254.979	462.851
Uso de bem público (UBP) - Direito de outorga	13	225
	265.506	547.270

Passivos financeiros	Consolidado	
	2024	2023
	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	35.054	99.487
Arrendamento	513	6.108
Dividendos a pagar	117	45.479
Empréstimos, financiamentos e debêntures	254.979	655.021
Uso de bem público (UBP) - Direito de outorga	13	225
	290.676	806.320

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo.

A Companhia não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2024 e 2023.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

25. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é aproximada do valor contábil

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Companhia, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

25. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Companhia entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

iv) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos, financiamentos e debêntures*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

25. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

v) *Risco de concentração de carteira de clientes*

As controladas da Companhia possuem contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, as controladas da Companhia efetuam avaliações financeiras, requisitam garantias financeiras e executam o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

vi) *Risco de geração*

A receita proveniente da venda de energia elétrica pelos geradores solares depende diretamente da energia efetivamente gerada. O ambiente de contratação na qual foi vendida a energia do gerador solar, mercado livre ou regulado, definirá como e quando o déficit ou o superávit de geração afetará a receita das controladas da Companhia.

No mercado livre, quando a produção da usina é inferior aos seus compromissos contratuais, as controladas da Companhia deverão adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo. Quando a venda é efetivada no mercado regulado, o eventual déficit de geração deverá ser abatido da receita de contratos que a usina tem direito.

Para as usinas em construção, quando um contrato de fornecimento se inicia antes da data de início de operação comercial da usina, as controladas da Companhia deverão adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo.

vii) *Risco de não renovação da autorização*

A controladas da Companhia detém autorização para exploração de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos.

O atual arcabouço legislativo não dispõe sobre o direito à renovação de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica proveniente de fonte solar. A Lei Federal nº 13.360/2016, ao alterar a Lei nº 9.427/1996, em seu § 1º - C, art. 26, apenas dispõe que os empreendimentos de fontes solares que tiverem suas outorgas de autorização prorrogadas não observarão o desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD).

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

25. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vii) *Risco de não renovação da autorização*--Continuação

Desta forma, não há instrumento legal que garanta o direito de renovação das outorgas de autorização concedidas às controladas da Companhia pelo Poder Concedente.

Caso a renovação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais ou de redução de incentivos previamente concedidos para as controladas da Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2024 e 2023 a Companhia não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

26. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa – Atividades de financiamento

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

Ativo de direito de uso	2024
Total de movimentação do ativo de direito de uso (nota 12)	(379)
Adição de contratos de arrendamento	571
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	192
Passivo de arrendamento	2024
Total de movimentação do arrendamento (nota 12)	397
Adições de contratos de arrendamento	(571)
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	(174)
Imobilizado (Consolidado)	2024
Total de movimentação do imobilizado (nota 11)	1.423.088
Operações descontinuadas (nota 1.2)	(1.388.990)
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	34.098
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2024
Total de movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 14)	400.042
Operações descontinuadas (nota 1.2)	(192.170)
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	207.872

* * *